



Demonstrações Contábeis

Sicoob **Sul-Serrano** 1º Semestre **2022**

Cooperativa de Crédito Sul-Serrana do Espírito Santo
Sicoob Sul-Serrano | 00.815.319/0001-75



SICOOB

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos a V.S. as Demonstrações Contábeis do primeiro semestre de 2022 da Cooperativa Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul Serrano em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2022, o Sicoob Sul-Serrano completa 27 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

1.1 Pandemia Coronavírus (Covid-19)

No exercício de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No exercício de 2021, o mercado apresentou uma melhora em função do avanço da vacinação e a queda da quantidade de óbitos.

O Sicoob ES adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas e pelo Ministério da Saúde, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos seus colaboradores, associados e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Sicoob ES tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas de seus associados.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

1.1.1 Aplicativo Sicoob

O aplicativo Sicoob reúne diversas soluções financeiras e de compras, ofertando ao associado uma melhor experiência como associação digital, simulação e contratação de crédito, seguros, recarga de celular, meios de pagamentos e transferências eletrônicas (TED, DOC, Pix, Boletão), depósito de cheque online, consultas de saldos e extratos, investimentos, débito automático, gestão de cartões, configuração de limites personalizados, depósitos de cheques, saques sem cartão, contrato de produtos digitais, dentre outros.

Além do autoatendimento dos produtos e serviços via app Sicoob, também oferecemos atendimento personalizado no chat do app e no Whatsapp 61 4000-1111, a partir de nossa assistente virtual Alice ou diretamente com nossos funcionários, fornecendo assim uma maior comodidade e segurança ao associado.

Também disponibilizamos em nosso site www.sicoob.com.br/sicoobnet a possibilidade de utilizar as mesmas funcionalidades do app a partir do computador.

Visando um engajamento corporativo destinado exclusivamente aos cooperados da instituição, o Sicoob criou o app Sicoob Moob. Este app reúne diversas funcionalidades úteis e inovadoras como divulgação de eventos, assembleias e eleições das cooperativas, confirmação de presença e acesso aos convites. Além destas funcionalidades, possibilitamos a oferta de propostas e negociação de bens das cooperativas do Sicoob ES em nossa Comunidade de Negócios, contendo fotos e informações dos produtos, negociação de valores e esclarecimentos.

1.1.2 Novas Linhas de Crédito

Em 2021 foi iniciado Produto Parceiro Mais que tem por objetivo disponibilizar uma solução de financiamento de bens e serviços para os lojistas que queiram se cadastrar e assim ofertarem esta opção de crédito para seus clientes, visando facilitar o acesso ao crédito para a população e impulsionando o mercado da região.

Outra ação desenvolvida em 2021 foi o aumento da carteira de Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), que se trata de do programa do Governo Federal que tem como finalidade de desenvolvimento do Micro e Pequeno empresário. Este crédito pode ser utilizado para investimentos e capital de giro isolado ou associado ao investimento, isso significa que os recursos obtidos podem ser utilizados para investimento no negócio e/ou para despesas operacionais alavancando desta forma o mercado local. Destas operações liberadas, o Sicoob ES poderá requerer em garantia do Fundo Garantidor de Operação – FGO, regido pela Lei 12.087 de 2009, em 100% do valor de cada operação em garantia.

Por fim em dezembro de 2021 foi iniciado o Projeto Água Limpa + Saúde consiste no acordo de cooperação entre SICOOB ES e Empresas Parceiras, com o objetivo de promover, divulgar e incentivar que produtores rurais do Espírito Santo adotem em suas propriedades o tratamento adequado do esgoto sanitário doméstico através da instalação de biodigestor. O Sicoob participa do projeto disponibilizando o financiamento a baixo custo (taxa de 0,99 a.m) e concedendo um bônus de adimplência de 100% dos juros da parcela paga de forma adimplente.

No primeiro semestre de 2022 foi implementado o "Customer Experience", conjunto de percepções e métricas para atribuir limites automáticos com base no histórico do associado junto ao Sicoob. Esta ferramenta busca melhorar a experiência e a satisfação do associado, com adequado limite de crédito disponibilizado e sem deixar de se preocupar com o risco de inadimplência.

1.1.3 Crescimento

No primeiro semestre de 2022 os números combinados das Cooperativas do Sistema Sicoob ES atingiram um total de ativo de R\$ 14,2 bilhões, um crescimento de 27,49% comparado com o mesmo período de 2021. Esse aumento também refletiu nos demais números do semestre, como por exemplo, a carteira de crédito que aumentou 34,43% comparada a 2021 atingindo R\$ 8,9 bilhões. Os depósitos totais também cresceram 27,56%, alcançando R\$ 9,9 bilhões do primeiro semestre de 2022.

Com relação ao resultado combinado do primeiro semestre de 2022, as cooperativas alcançaram a marca de 403 milhões em sobras brutas, esse valor resultou no expressivo crescimento de 64,12% comparado ao resultado de 2021. O total de provisão de Juros sobre Capital Próprio atingiu o montante de R\$ 65 milhões, 375% superior ao remunerado em 2021.

Todos os números citados acima resultaram em R\$ 338 milhões de Sobras Líquidas o que representa um crescimento de 45,68% quando comparado a 2021.

2. Nosso Desempenho

2.1) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		%
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	79.616	64.185	24,04
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	36.536	13.703	166,63
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	5.235	5.812	(9,93)
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	29.039	26.354	10,19
Receitas com Ato Não Cooperativo	11.231	11.510	(2,42)
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	51.044	43.103	18,42
Despesas Tributárias	698	1.207	(42,17)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	9.259	7.349	25,99
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	38.298	8.909	329,88
Juros ao Capital	14.411	2.993	381,49
Sobras Brutas	64.295	46.401	38,56

Contribuíram para compor os resultados do primeiro semestre de 2022:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 10,19%, o resultado da intermediação financeira aumentou 24,04% em relação ao mesmo período de 2021.

No primeiro semestre de 2022 ocorreu um aumento 329,88% na receita de Ingressos e Depósitos Intercooperativos quando comparado ao primeiro semestre de 2021.

A provisão de Juros ao Capital no primeiro semestre de 2022 está sendo 381,49% maior que no mesmo período de 2021.

Em 30/06/2022 foi atingido um total de R\$64.295 em Sobras Brutas um aumento de 38,56% comparado com 30/06/2021.

2.2) Dados Patrimoniais

Balanco Patrimonial	Em Milhares R\$		%
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	
Ativos Totais	2.755.600	2.216.615	24,32
Centralização Financeira	737.784	686.795	7,42
Carteira de Crédito	1.858.779	1.367.766	35,90
Depósitos	1.699.514	1.466.076	15,92
Patrimônio Líquido	560.099	468.603	19,53
Patrimônio de Referência (PR)	526.133	441.420	19,19

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no primeiro semestre de 2022:

O total de ativos atingiu a marca de R\$ 2.755.600 mil ao final do primeiro semestre de 2022, com crescimento de 24,32% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para seus associados.

Em 30 de junho de 2022 o saldo da carteira de crédito atingiu o montante R\$ 1.858.779 mil de recursos disponibilizados aos associados, com crescimento de 35,90% em relação a 30 de junho de 2021.

Os depósitos obtiveram um aumento de 15,92% considerando o mesmo período de 2021, atingindo no final do primeiro semestre de 2022 o montante de R\$ 1.699.514 mil.

O patrimônio líquido cresceu 19,53% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 560.099 mil.

2.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	30/06/2022			30/06/2021			Em Milhares R\$	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Variação	
							Valor total	% Total
Crédito Rural	136.350	12.108	148.458	86.985	8.762	95.747	52.711	55,05
Crédito Comercial	339.180	1.371.141	1.710.321	303.048	968.971	1.272.019	438.302	34,46
Total	475.530	1.383.249	1.858.779	390.033	977.733	1.367.766	491.013	35,90

3) Pessoas

Contávamos com 374 colaboradores no final do primeiro semestre de 2022. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 19.002 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. Em 2022, houve uma concentração de 87,15% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o banco Sicoob.

No primeiro semestre de 2022, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 76 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 38 foram classificadas procedentes e com exceção de 2 demandas, todas foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Venda Nova do Imigrante – ES, 14 de julho de 2022.
Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30/06/2022 e de 31/12/2021 | Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	Notas	30/06/2022	31/12/2021
ATIVO		2.755.600	2.420.452
DISPONIBILIDADES	4.	23.751	14.835
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.742.741	2.418.877
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	103.295	111.452
Títulos e Valores Mobiliários	6.	184	179
Relações Interfinanceiras		737.992	703.709
Centralização Financeira	7.	737.784	703.709
Outras Relações Interfinanceiras	8.	208	-
Operações de Crédito	9.	1.858.779	1.566.253
Outros Ativos Financeiros	10.	42.491	37.284
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(129.598)	(111.418)
(-) Operações de Crédito	9.e	(124.595)	(107.802)
(-) Outras	10.1	(5.003)	(3.616)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	11.	1.745	902
OUTROS ATIVOS	12.	25.909	24.276
INVESTIMENTOS	13.	66.834	52.232
IMOBILIZADO DE USO	14.	44.795	39.666
INTANGÍVEL	14.	1.323	1.294
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	14.	(21.900)	(20.212)
TOTAL DO ATIVO		2.755.600	2.420.452
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.755.600	2.420.452
DEPÓSITOS	15.	1.699.514	1.568.362
Depósitos à Vista		689.574	622.441
Depósitos Sob Aviso		6.314	6.491
Depósitos à Prazo		1.003.626	939.430
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		424.325	293.657
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	16.	257.600	141.555
Relações Interfinanceiras		147.658	120.809
Repasse Interfinanceiros	17.	147.657	120.805
Outras Relações Interfinanceiras	18.	1	4
Obrigações por Empréstimos e Repasses	19.	16.901	16.901
Outros Passivos Financeiros	20.	2.166	14.392
PROVISÕES	21.	9.618	8.360
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	22.	1.794	1.781
OUTROS PASSIVOS	23.	60.250	38.106
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		560.099	510.186
CAPITAL SOCIAL	25.a	282.912	249.707
RESERVAS DE SOBRAS		227.303	227.303
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		49.884	33.176
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.755.600	2.420.452

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	Notas	30/06/2022	30/06/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		184.786	88.027
Operações de Crédito	9.h	140.798	77.685
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	7.1	38.298	8.909
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	5.680	1.428
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.1	10	5
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(103.408)	(28.636)
Operações de Captação no Mercado	15.b	(62.222)	(12.449)
Operações de Empréstimos e Repasses	30.	(4.650)	(2.484)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	9.i	(36.536)	(13.703)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		81.378	59.391
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(13.556)	(10.621)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	28.	17.808	16.699
Rendas de Tarifas	29.	11.231	9.655
Dispêndios e Despesas de Pessoal	31.	(19.002)	(16.150)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	32.	(25.697)	(22.105)
Dispêndios e Despesas Tributárias	33.	(698)	(1.207)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	34.	9.147	7.335
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	35.	(6.345)	(4.848)
PROVISÕES	36.	(1.202)	(399)
Provisões/Reversões para Contingências	36.1	(52)	(6)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	36.2	(1.150)	(393)
RESULTADO OPERACIONAL		66.620	48.371
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	37.	112	14
Lucros em Transações com Valores e Bens		7	276
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(572)	(1.141)
Ganhos de Capital		34	28
Reversão de Provisões Não Operacionais		711	2.217
Outras Rendas Não Operacionais		407	182
(-) Perdas de Capital		(150)	(38)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		(260)	(1.499)
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(65)	(11)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		66.732	48.385
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS	23.c	(2.437)	(1.984)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DEST. E DOS JUROS AO CAPITAL		64.295	46.401
JUROS AO CAPITAL	27.	(14.411)	(2.993)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		49.884	43.408

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

	30/06/2022	30/06/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	64.295	46.401
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	64.295	46.401

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTAT.	RESERVAS PARA CONT.	SOBRAS OU PERDAS ACUM.	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020	225.974	(1.059)	169.660	629	8.939	21.891	426.034
Dest. das Sobras do Exercício Anterior:							
Outras Dest. das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	-	(390)	(390)
Constituição de Reservas	-	-	-	-	1.970	(1.970)	-
Distribuição de sobras para associados	19.531	-	-	-	-	(19.531)	-
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	5.635	(197)	-	-	-	-	5.438
Por Devolução (-)	(5.861)	-	-	-	-	-	(5.861)
Estorno de Capital	(26)	-	-	-	-	-	(26)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Dest. e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	-	46.401	46.401
Rem. de Juros sobre o Capital Próprio:							
Prov. de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(2.993)	(2.993)
Saldos em 30/06/2021	245.253	(1.256)	169.660	629	10.909	43.408	468.603
Saldos em 31/12/2021	251.298	(1.591)	215.560	834	10.909	33.176	510.186
Dest. das Sobras do Exercício Anterior:							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	-	(282)	(282)
Distribuição de sobras para associados	32.894	-	-	-	-	(32.894)	-
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	6.227	(512)	-	-	-	-	5.715
Por Devolução (-)	(5.308)	-	-	-	-	-	(5.308)
Estorno de Capital	(96)	-	-	-	-	-	(96)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Dest. e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	-	64.295	64.295
Rem. de Juros sobre o Capital Próprio:							
Prov. de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(14.411)	(14.411)
Saldos em 30/06/2022	285.015	(2.103)	215.560	834	10.909	49.884	560.099

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

	30/06/2022	30/06/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	66.732	48.385
Distribuição de Sobras e Dividendos	(3.225)	(1.872)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	36.536	13.703
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	1.150	393
Provisões/Reversões Não Operacionais	(451)	(718)
Provisões/Reversões para Contingências	52	6
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	34	13
Depreciações e Amortizações	2.348	1.876
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	103.176	61.786
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.157	(3.488)
Relações Interfinanceiras	(208)	(142)
Operações de Crédito	(308.929)	(127.530)
Outros Ativos Financeiros	(7.160)	(5.921)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(843)	(865)
Outros Ativos	(1.182)	2.082
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos à Vista	67.133	48.765
Depósitos sob Aviso	(177)	(942)
Depósitos à Prazo	64.196	81.954
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	116.045	27.429
Relações Interfinanceiras	26.849	25.553
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(8.649)
Outros Passivos Financeiros	(12.225)	(10.772)
Provisões	56	13
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	12	(181)
Outros Passivos	5.296	4.727
Outras Destinações	(282)	(390)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	59.914	93.429
Atividades de Investimentos		
Distribuição de Dividendos	1.265	276
Distribuição de Sobras da Central	1.960	1.596
Aquisição de Intangível	(29)	(13)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(5.823)	(3.132)
Aquisição de Investimentos	(14.602)	(1.872)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(17.229)	(3.145)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	5.715	5.438
Devolução de Capital à Cooperados	(5.308)	(5.861)
Estorno de Capital	(96)	(26)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	311	(449)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	42.996	89.835
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	718.723	621.821
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	761.719	711.656
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	42.996	89.835

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em 30/06/2022 | Em milhares de R\$

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-SERRANA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO - SICOOB SUL-SERRANO**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **29/08/1995**, filiada à **COOPERATIVA DE CREDITO CENTRAL DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB SUL-SERRANO**, sediado à **AVENIDA ÂNGELO ALTOÉ, Nº 340, SÃO PEDRO, VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES**, possui **35** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **BREJETUBA - ES, AFONSO CLÁUDIO - ES, MARECHAL FLORIANO - ES, IÚNA - ES, IBATIBA - ES, IRUPI - ES, CONCEIÇÃO DO CASTELO - ES, MUNIZ FREIRE - ES, VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES, DOMINGOS MARTINS - ES, CARIACICA - ES, IBITIRAMA - ES, VITÓRIA - ES, LARANJA DA TERRA - ES, DIVINO DE SÃO LOURENÇO - ES.**

O **SICOOB SUL-SERRANO** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings em 28 de setembro de 2021 afirmou a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo tem a nota F1(bra), nota de melhor qualidade, indicando forte capacidade do devedor em cumprir seus compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Rating de longo prazo sua classificação é A+(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 14/07/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores, mas que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pe-

las instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;

ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações contábeis;

ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;

b) mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto à designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano para a implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, segue até 31/12/2022, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

No intuito de consolidar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor em 1º/7/2022:

i) Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável;

ii) Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente;

iii) Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa;

iv) Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível;

v) Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido;

vi) Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor;

vii) Instrução Normativa nº 274, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor;

viii) Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil refe-

rentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros. Entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Apesar do momento atípico que o País se encontra, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-SERRANA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO** contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei n.º 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por Aplicações interfinanceiras e Títulos e Valores Mobiliários, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei n.º 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apro-

priar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda

de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2022** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) COVID19 nas demonstrações Contábeis

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID19 nas Demonstrações Contábeis de 30/06/2022 seja de ativos financeiros seja de ativos não financeiros.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

z) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2022**.

4. Disponibilidades

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários (a)	23.751	14.835
Caixa	23.626	14.668
Depósitos Bancários	125	167
Relações interfinanceiras - centralização financeira até 90 dias (b)	737.784	703.709
Centralização financeira	737.784	703.709
Aplicações e Títulos com vencimento em até 90 dias (c)	184	179
Títulos e Valores Mobiliários	184	179
Total	761.719	718.723

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICCOB CENTRAL ES conforme prescreve o art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

(c) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros junto ao Banco Sicoob.

Em **30 de junho de 2022** e **31 de dezembro de 2021**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Circulante	57.728	47.350
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Não-Circulante	45.567	64.102
TOTAL	103.295	111.452

Aplicação de garantia junto ao Banco Sicoob concessão de financiamentos a Cooperados.

5.1 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As receitas recebidas dessa transação resultaram o montante conforme abaixo:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.680	1.428
TOTAL	5.680	1.428

6. Títulos e valores mobiliários

Em **30 de junho de 2022** e **31 de dezembro de 2021**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Cotas de Fundos de Investimento – até 90 dias (a)	184	179
TOTAL	184	179

(a) Aplicação de garantia junto ao Banco do Brasil.

6.1 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	10	5
TOTAL	10	5

7. Centralização Financeira

Refere-se às disponibilidades de recursos depositados no Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração, onde mensalmente o resultado destas aplicações é recebido e reconhecido pela cooperativa.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Centralização Financeira - Cooperativas	737.784	703.709
TOTAL	737.784	703.709

7.1 Ingressos de Depósitos Intercooperativos

As receitas recebidas dessa transação da centralização financeira resultaram no montante descrito conforme quadro abaixo.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	38.298	8.909
TOTAL	38.298	8.909

8. Outras Relações Interfinanceiras

Em 30 de junho de 2022 e 31 dezembro de 2021, as obrigações com Outras Relações Interfinanceiras com correspondentes cooperativistas, estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Correspondentes no País	208	-
TOTAL	208	-

9. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Depositante	2.449	-	2.449	982	-	982
Empréstimos	595.905	742.521	1.338.426	527.095	602.773	1.129.868
Títulos Descontados	59.100	-	59.100	52.535	-	52.535
Financiamentos	97.061	213.284	310.345	83.242	187.132	270.374
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	77.549	70.910	148.459	48.776	63.718	112.494
Total das Operações Crédito	832.064	1.026.715	1.858.779	712.630	853.623	1.566.253
(-) Provisões para Operações de Crédito	(54.720)	(69.875)	(124.595)	(45.080)	(62.722)	(107.802)
TOTAL	777.344	956.840	1.734.184	667.550	790.901	1.458.451

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total 30/06/2022	Provisões 30/06/2022	Total 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	34.301	7	11.446	21.261	67.015	-	69.376	-
A	0,5%	Normal	172.516	4.409	50.044	50.202	277.171	(1.386)	287.976	(1.440)
B	1%	Normal	363.425	4.235	98.395	51.346	517.401	(5.174)	487.903	(4.879)
B	1%	Vencidas	1.578	58	604	57	2.297	(23)	2.340	(23)
C	3%	Normal	604.057	7.981	120.509	19.073	751.620	(22.549)	463.563	(13.907)
C	3%	Vencidas	2.653	445	1.234	133	4.465	(134)	4.256	(128)
D	10%	Normal	82.522	4.886	16.964	4.435	108.807	(10.881)	138.227	(13.823)
D	10%	Vencidas	6.970	331	2.570	49	9.920	(992)	9.559	(956)
E	30%	Normal	18.179	1.110	3.934	887	24.110	(7.233)	21.119	(6.336)
E	30%	Vencidas	8.148	676	1.546	47	10.417	(3.125)	5.979	(1.794)
F	50%	Normal	7.535	363	360	157	8.415	(4.207)	8.707	(4.354)
F	50%	Vencidas	8.556	420	569	159	9.704	(4.852)	8.416	(4.208)
G	70%	Normal	4.928	119	295	58	5.400	(3.780)	5.893	(4.125)
G	70%	Vencidas	4.939	506	481	-	5.926	(4.148)	3.699	(2.589)
H	100%	Normal	31.192	545	229	254	32.220	(32.220)	28.996	(28.996)
H	100%	Vencidas	20.674	1.711	1.165	341	23.891	(23.891)	20.244	(20.244)
Total Normal			1.318.655	23.655	302.176	147.673	1.792.159	(87.430)	1.511.760	(77.860)
Total Vencidos			53.518	4.147	8.169	786	66.620	(37.165)	54.493	(29.942)
Total Geral			1.372.173	27.802	310.345	148.459	1.858.779	(124.595)	1.566.253	(107.802)
Provisões			(106.380)	(4.460)	(10.892)	(2.863)	(124.595)		(107.802)	
Total Líquido			1.265.793	23.342	299.453	145.596	1.734.184		1.458.451	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	2.449	-	-	2.449
Cheque Especial/Conta garantida	25.353	-	-	25.353
Empréstimos	162.703	407.849	742.521	1.313.073
Títulos Descontados	53.001	6.099	-	59.100
Financiamentos	26.586	70.475	213.284	310.345
Financiamentos Rurais	19.632	57.917	70.910	148.459
TOTAL	289.724	542.340	1.026.715	1.858.779

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	30/06/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	280.306	33.943	762	315.011	17%
Setor Privado - Indústria	39.998	4.146	126	44.270	2%
Setor Privado - Serviços	826.115	174.221	10.217	1.010.553	54%
Pessoa Física	242.526	96.653	136.350	475.529	26%
Outros	11.030	1382	1.004	13.416	1%
TOTAL	1.399.975	310.345	148.459	1.858.779	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	107.802	94.441
Constituições	35.138	33.349
Transferência para prejuízo	(18.345)	(19.988)
TOTAL	124.595	107.802

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	81.904	4%	26.375	2%
10 Maiores Devedores	308.751	15%	174.803	10%
50 Maiores Devedores	614.287	31%	459.033	27%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	100.243	97.690
Valor das operações transferidas no período	18.345	19.988
Valor das operações recuperadas no período	(5.235)	(15.677)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(374)	(1.758)
TOTAL	112.979	100.243

h) Rendas com Operações de Crédito:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.103	635
Rendas de Empréstimos	102.353	54.677
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	5.882	3.950
Rendas de Financiamentos	22.630	10.372
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	1.301	649
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	725	769
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	948	632
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	350	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	271	189
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.235	5.812
TOTAL	140.798	77.685

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Banco Sicoob e Sicoob Central ES.

i) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(59.085)	(38.441)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	25.888	26.374

Provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	(4.011)	(1.883)
Reversão de provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	672	247
TOTAL	(36.536)	(13.703)

As Despesas de Provisão para créditos de liquidação duvidosa refletem a variação nos saldos de Provisão para tais créditos gerados em consonância com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional de 21.12.1999, de acordo com a classificação de risco das operações de crédito concedidas.

10. Outros Ativos Financeiros

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	6.572	-	6.572	4.396	-	4.396
Rendas a Receber (b)	10.473	-	10.473	7.516	-	7.516
Rendas Serviços arrecadação de convênios	1.551	-	1.551	1.431	-	1.431
Rendas da Centralização da Adm. Financeira	8.171	-	8.171	5.244	-	5.244
Rendas a Receber – Transações Interfinanceiras	163	-	163	194	-	194
Outras Rendas a Receber	588	-	588	647	-	647
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	3.721	17.459	21.180	2.654	18.713	21.367
Títulos e Créditos a Receber (d)	1.067	-	1.067	848	-	848
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	-	3.199	3.199	-	3.157	3.157
Pis – Deposito Judicial	-	581	581	-	569	569
Cofins – Deposito Judicial	-	2.579	2.579	-	2.535	2.535
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	39	39	-	32	32
Outros	-	-	-	-	21	21
TOTAL	21.833	20.658	42.491	15.414	21.870	37.284

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central entre outras.

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou recebidos como pagamento de dívidas.

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados em sua maior representatividade os Valores a Receber de Tarifas.

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo.

10.1 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(4.529)	-	(4.529)	(3.120)	-	(3.120)
Outros Créditos	(160)	(314)	(474)	(168)	(328)	(496)
Total	(4.689)	(314)	(5.003)	(3.288)	(328)	(3.616)

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 30/06/2022	Provisões 30/06/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	-	6.533	6.533	-	6.041	-
A	0,5%	Normal	-	1.824	1.824	(9)	1.805	(9)
B	1%	Normal	-	2.205	2.205	(22)	2.434	(24)
C	3%	Normal	-	10.355	10.355	(310)	10.816	(324)
D	10%	Normal	-	34	34	(3)	20	(2)
E	30%	Normal	577	-	577	(173)	562	(169)
E	30%	Vencidas	1.386	-	1.386	(416)	778	(233)
F	50%	Normal	127	200	327	(164)	229	(115)
F	50%	Vencidas	630	-	630	(315)	442	(221)
G	70%	Normal	75	-	75	(53)	33	(23)
G	70%	Vencidas	893	-	893	(625)	357	(250)
H	100%	Normal	76	-	76	(76)	51	(51)
H	100%	Vencidas	2.808	29	2.837	(2.837)	2.195	(2.195)
Total Normal			855	21.151	22.006	(810)	21.991	(717)
Total Vencidos			5.717	29	5.746	(4.193)	3.772	(2.899)
Total Geral			6.572	21.180	27.752	(5.003)	25.763	(3.616)
Provisões			(4.529)	(474)	(5.003)		(3.616)	
Total Líquido			2.043	20.706	22.749		22.147	

11. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Ativos Fiscais Correntes são referentes a Impostos e Contribuições a compensar, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Negativo de IRPJ - Exercícios Anteriores	644	642
Saldo Negativo de CSLL - Exercícios Anteriores	227	227
IRRF Sobre Comissões	2	-
Contribuição Social- Antecipações	269	-
IRPJ- Antecipações	549	-
ISS - Imposto S/ Serviço	4	11
Cofins a Compensar	-	6
IR Retidos	2	-
Pis a Compensar	-	1
Valores a Restituir- PERDCOMP	43	10
INSS a Compensar	5	5
TOTAL	1.745	902

12. Outros Ativos

12.1 Descrição – Curto Prazo	30/06/2022	31/12/2021
Diversos	4.685	2.054
Antecipação Salariais	835	314
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	6	88
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	2.557	321
Pagamentos a Ressarcir	932	1.191
Devedores Diversos – País	355	140
Outros Valores e Bens	2.401	2.643
Material em Estoque	125	45
Despesa Antecipada (III)	672	607
Sisol - Geração de energia fotovoltaica (a)	193	393

12.1 Descrição – Curto Prazo	30/06/2022	31/12/2021
Software	219	127
Contribuição Cooperativista	84	-
Outras Despesas Antecipadas (b)	176	87
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (I)	1.604	2.007
Veículos	82	376
Outros Imóveis	1.522	1.631
(-) Prov. Desv. Ativos Não Financ Mant. P Venda – Recebidos (II)	-	(16)
(-) Veículos	-	(16)
Total – Curto Prazo	7.086	4.697
12.2 Descrição – Longo Prazo		
Outros Valores e Bens	18.823	19.579
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (I)	24.065	25.257
Outros Imóveis	24.065	25.257
(-) Prov. Desv. Ativos Não Financ Mant. P Venda – Recebidos (II)	(5.242)	(5.678)
(-) Outros Imóveis	(5.242)	(5.678)
Total – Longo Prazo	18.823	19.579
Total Geral	25.909	24.276

(I) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(II) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(III). Registra-se a aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a instituição, benefícios ou prestação de serviços, em períodos seguintes:

(a) Refere-se participação da Cooperativa no Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica – SISOL criado pelo Sicoob Central ES com o objetivo de desenvolver ações de sustentabilidade ambiental que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia para utilização da cooperativa;

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, propaganda de publicidade, licença de softwares, por exemplo.

13. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB** (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito).

Em **30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Participações em cooperativa central de crédito – Sicoob Central ES (a)	52.978	39.657
Participações intuição financeira controlada por cooperativa de crédito – Banco Sicoob (b)	13.856	12.575
TOTAL	66.834	52.232

(a) A participação junto ao Sicoob Central ES gerou o montante de sobras recebidas no primeiro semestre 2022 no valor de R\$ 1.960 mil. (No mesmo período de 2021 – R\$ 1.596 mil).

(b) A participação junto ao Banco Sicoob gerou o montante de dividendos recebidos no primeiro semestre de 2022 de R\$ 1.265 mil (No mesmo período de 2021 foi de R\$ 276 mil).

14. Imobilizado de uso e Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	2.175	1.121	
Edificações	1.525	1.525	4%
(-) Depreciação Acum. de Edificações	(664)	(634)	

Descrição	30/06/2022	31/12/2021	Taxa Depreciação
Instalações	24.796	22.569	4-25%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(11.809)	(10.659)	
Mobiliários	4.026	3.687	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(1.968)	(1.836)	
Máquinas	509	506	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(210)	(195)	
Aparelhos de Refrigeração	1.771	1.631	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(805)	(732)	
Equipamentos de Processamento de Dados	7.590	6.674	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(4.123)	(3.934)	
Alarme	107	87	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(45)	(41)	
Cabines de Segurança	394	340	10%
(-) Depreciação Acum. de Cabines de Segurança	(183)	(170)	
Armas e Equipamentos	725	643	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(388)	(373)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	380	369	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(240)	(228)	
Equipamentos de Comunicação	422	424	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(265)	(256)	
Veículos	375	90	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(104)	(90)	
Software e Direito de Uso (b)	1.323	1.294	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(1.096)	(1.064)	
Total Imobilizado de Uso	44.795	39.666	
Total Intangível	1.323	1.294	
Total Depreciação/Amortização	(21.900)	(20.212)	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

(b) Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

A despesa com depreciação e amortização no primeiro semestre de 2022 foi de R\$ 2.348 mil (no mesmo período de 2021 – R\$ 1.876 mil).

15. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.284/13. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em “Dispêndios de captação no mercado”.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Depósito à Vista	689.574	622.441
Depósito Sob Aviso	6.314	6.491
Depósito a Prazo – Circulante	1.000.818	939.430
Depósito a Prazo – Não Circulante	2.808	-
TOTAL	1.699.514	1.568.362

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	61.349	3%	59.752	4%
10 Maiores Depositantes	171.769	9%	174.269	10%
50 Maiores Depositantes	356.621	18%	342.669	20%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(331)	(87)
Despesas de Depósitos a Prazo	(50.817)	(10.113)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(3.322)	(1.009)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(6.431)	(137)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.321)	(1.103)
TOTAL	(62.222)	(12.449)

16. Recursos de aceite e emissão de títulos

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras. Prescrevem pela Lei nº 11.076/04 as Letras de Crédito do Agronegócio - LCA e a Lei de nº 10.931/04 vinculada as Letras de Crédito Imobiliário - LCI.

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - LCA (a)	44.532	12.470	57.002	34.984	48.182	83.166
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário - LCI (b)	14.695	185.903	200.598	58.389	-	58.389
TOTAL	59.227	198.373	257.600	93.373	48.182	141.555

(a) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

(b) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa emitido com o objetivo de levantar recursos para aplicação em investimentos no setor imobiliário, incluindo aí financiamentos e projetos de reforma e construção.

17. Repasses Interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total
Cooperativa Central	12.639	762	13.401	3.538	-	3.538
Recursos do Banco Sicoob	62.140	63.381	125.521	43.645	60.868	104.513
Recursos do Banco Sicoob - Capital de Giro Livre	-	8.735	8.735	-	12.754	12.754
Total	74.779	72.878	147.657	47.183	73.622	120.805

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

18. Outras Relações Interfinanceiras Passivas

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as obrigações com Outras Relações Interfinanceiras com correspondentes cooperativistas, estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Correspondentes no País	1	4
TOTAL	1	4

19. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Instituições	30/06/2022			31/12/2021
	Circulante – Até 1 ano	Não Circulante acima de 1 ano	Total	
Cooperativa Sicoob Central ES - Rotativo	16.901	-	16.901	16.901
TOTAL	16.901	-	16.901	16.901

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

20. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Relações Interdependências	89	12.792
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	52	67
Ordens de Pagamento (b)	3	12.686
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	34	39
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (d)	1.332	571
Operações de Crédito - IOF	1.315	564
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	12	6
Recebimentos de Tributos Estaduais e Municipais	5	1
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (e)	745	1.029
TOTAL	2.166	14.392

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados.

(d) São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

(e) Valores referentes obrigações de pagamento para com os fornecedores da cooperativa.

21. Provisões

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	5.520	804	6.324	4.523	652	5.175
Provisão Para Contingências (b)	-	3.294	3.294	-	3.185	3.185
TOTAL	5.520	4.098	9.618	4.523	3.837	8.360

(a) Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **30 de junho de 2022**, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 166.920 mil (R\$ 142.081 mil em **31/12/2021**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais é estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
	Provisão para Contingências	Provisão para Contingências
PIS	580	569
COFINS	2.580	2.534
Trabalhistas	45	32
Outras Contingências	89	50
Total	3.294	3.185

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de pagamento.

22. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais, correntes e diferidas são referentes a Impostos e Contribuições a recolher, classificadas no passivo circulante na conta de Outras Obrigações, assim compostas:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Imposto e contribuições sobre lucros a pagar	131	-
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	205	173
Imposto e contribuições s/ salários	1.012	1.195
IRRF sobre Aplicações Financeiras	353	229
IRRF sobre Juros ao Capital	-	87
Outros	93	97
TOTAL	1.794	1.781

23. Outros Passivos

Os valores demonstrados no quadro abaixo se encontram no Curto Prazo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	2.620	3.455
Sociais e Estatutárias	32.603	22.717
Provisão Juros ao Capital (b)	14.411	-
Provisão para Participações nos Lucros (c)	2.513	3.842
Resultado de Atos com Associados (d)	4.173	4.173
Resultado de Atos com não associados (d)	5.136	7.379
Cotas de Capital a Pagar (e)	6.370	7.323
Provisão para Pagamentos a Efetuar (f)	6.500	5.436
Despesa de Pessoal	3.938	2.775
Água/Energia/Gás	24	102
Aluguéis	300	286
Custódia de Valores e Bens	47	30
Comunicações	38	42
Promoções E Relações Públicas	1	242
Segurança e Vigilância	29	2
Manutenção e Conservação de Bens	18	3
Transporte	183	127
Seguro	53	34
Plano de Saúde	12	11
Compensação	118	111
Seguros a Recolher	16	9
Seguros Prestamista	826	822
Provisão de Cartões a Pagar	371	336
Custos de Transações Interfinanceiras	257	294
Ordem de Pagamento - Encerramento Conta Salário	110	82
Outras Despesas Administrativas	159	128
Credores Diversos - País (g)	18.527	6.498
Pagamento a Processar	569	804
Crédito de Terceiros	32	-
Cooperativa Central	407	474
Valores a Pagar Arrecadação	5	5
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	64	69

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Taxa de Gravames a Repassar	13	15
Valores a Liquidar – Parcelas Crédito Consignado	8	33
Transitória Fatura Sicoobcard	4	4
Cheques Depositados	1.910	495
Credores Diversos – Liquidação de Cobrança	15.250	2.963
Outros	265	1.636
TOTAL	60.250	38.106

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se a provisão para pagamento em 31 de dezembro de 2022 dos juros ao capital aos associados.

(c) Consubstanciada pela Lei nº 10.101/00 e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 2.437 mil no primeiro semestre de 2022 (R\$ 1.984 mil no 1º Sem/2021), a título de participação dos empregados nos resultados.

(d) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme prescreve a Lei nº 5.764/1971.

(e) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

(f) Registram-se as provisões para pagamentos de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

(g) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se as responsabilidades da instituição perante pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive resultantes do exercício de mandato, para cuja escrituração não exista conta específica.

24. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB SUL-SERRANO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

25. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Capital Social	282.912	249.707
Associados	108.641	98.135

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária

Saldo constituída com 1% sobre as sobras dos exercícios encerrados referentes ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

d) Reserva Contingência

Constituída na AGO 2020 com as sobras de 2019 no montante de R\$ 8.939 mil, tem como objetivo prevenir possíveis perdas da Cooperativa com agravamentos de risco de crédito em virtude de operações renegociadas ou liberadas por consequência da pandemia da COVID19 e com prazo de utilização até a AGO 2023.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **08/04/2021**, foi deliberado o aumento no montante de R\$ 1.970 mil com as sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020** também com o prazo de utilização até a AGO de 2023.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **01/04/2022**, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para aumento do capital social no valor de R\$ 32.894 mil.

26. Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop.):

Descrição	1º Sem/2022			1º Sem/2021		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	252.699	241.468	11.231	150.815	139.305	11.510
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(160.486)	(159.299)	(1.187)	(67.127)	(65.360)	(1.767)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(42.441)	(40.557)	(1.884)	(40.294)	(37.220)	(3.074)
Resultado Operacional	49.772	41.612	8.160	43.394	36.725	6.669
Outras Receitas	1.159	-	1.159	2.703	-	2.703
Outras Despesas	(1.047)	-	(1.047)	(2.689)	-	(2.689)
Outras Receitas e Despesas	112	-	112	14	-	14
Resultado do Período	49.884	41.612	8.272	43.408	36.725	6.683

27. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio no primeiro semestre de 2022 no montante de R\$ 14.411 mil (R\$ 2.993 mil no 1º Sem/2021), visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

28. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Cobrança	4.812	4.757
Rendas Transações Intercredis	560	565
Rendas de Cartões	2.033	1.900
Rendas de Convênios	876	772
Rendas de prestações de Serviços - Comissões	2.070	1.859
Rendas de Tarifas	1.178	1.118
Rendas de Transações Interfinanceiras	962	-
Comissão com Venda de Consórcios	994	1.213
Comissão com Venda de Seguros	4.017	3.431
Rendas Recebidas do Banco Sicoob	246	1.067
Outras Rendas de Prestação de Serviços	60	17
TOTAL	17.808	16.699

29. Rendas de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	2.292	1.793
Rendas de Serviços Prioritários - PF	599	747
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	96	129
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	8.244	6.986
TOTAL	11.231	9.655

30. Operações de Empréstimos e Repasses

As despesas relacionadas as transações de empréstimos e repasses resultaram ao final do primeiro semestre de 2022 e mesmo período de 2021 os montantes conforme quadro abaixo:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas com Empréstimos Rotativo¹	(983)	(285)
Despesas com Empréstimos Rotativo – Sicoob Central ES	(892)	(213)
Despesas com Empréstimos Rotativo – Banco Sicoob	(91)	(72)
Despesas de Repasses Interfinanceiros²	(3.667)	(2.199)
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Sicoob Central ES	(271)	(192)
Despesas de Repasses Interfinanceiros – Banco Sicoob	(3.396)	(2.007)
Total	(4.650)	(2.484)

¹Empréstimos demonstrados na nota 19.

²Repasses demonstrados na nota 17.

31. Dispêndios e Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.247)	(958)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.845)	(2.363)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(4.050)	(3.383)
Despesas de Pessoal - Proventos	(10.555)	(9.214)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(2)	(7)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(303)	(225)
TOTAL	(19.002)	(16.150)

32. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(749)	(479)
Despesas de Aluguéis	(2.302)	(2.024)
Despesas de Comunicações	(625)	(561)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(529)	(647)
Despesas de Material	(438)	(309)
Despesas de Processamento de Dados	(3.630)	(3.428)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(773)	(788)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(812)	(498)
Despesas de Publicações	(18)	(12)
Despesas de Seguros	(69)	(53)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(5.372)	(4.686)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.324)	(1.065)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.569)	(1.362)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.038)	(1.025)
Despesas de Transporte	(1.018)	(681)
Despesas de Viagem no País	(100)	(25)
Despesas de Amortização	(32)	(14)
Despesas de Depreciação	(2.317)	(1.863)
Emolumentos judiciais e cartorários	(50)	(53)
Despesas com impostos e taxas	(135)	(92)
Despesas de Rateio Sicoob Central ES	(1.821)	(1.585)
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(641)	(507)
Outras Despesas Administrativas	(335)	(348)
TOTAL	(25.697)	(22.105)

33. Dispendios e Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesa com Impostos e Taxas	(77)	(63)
Despesa de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS	(520)	(518)
Despesa Contribuição ao Cofins	-	(460)
Despesa Contribuição ao PIS e PASEP	(101)	(166)
TOTAL	(698)	(1.207)

34. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	1.073	1.239
Rendas Juros Cartão de Crédito	3.730	2.983
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	637	450
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	292	454
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	96	231
Dividendos recebidos do Banco Sicoob	1.265	277
Rendas de Repasses Delcredere	77	99
Distribuição de Sobras do Sicoob Central ES	1.960	1.596
Outras Receitas e Ingressos Operacionais	17	6
Total	9.147	7.335

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e delcredere.

35. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Descontos Concedidos	(1.250)	(1.378)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(69)	(54)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(754)	(564)
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES	(3.006)	(2.492)
Perdas Práticas Inadequadas	(24)	(13)
Perdas Fraudes Externas	(408)	(7)
Perdas de Falhas de Sistema de TI	(2)	(16)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(693)	(182)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	-	(32)
Outras Despesas Operacionais	(139)	(110)
TOTAL	(6.345)	(4.848)

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

36. Despesas com Provisões**36.1 Provisão/Reversão para Passivos Contingentes**

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Provisão para Passivos Trabalhistas	(20)	-
Provisão para Passivos Contingentes	(39)	(50)
Reversão de Provisão para Contingências	7	44
TOTAL	(52)	(6)

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

36.2 Provisão/Reversão para Garantias Prestadas

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	(4.310)	(2.827)
Reversão de Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	3.160	2.434
TOTAL	(1.150)	(393)

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

37. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Lucro em Transações com Ativo Não Financeiro mantidos para Venda	7	276
Ganhos de Capital	34	28
Reversão de Desvalorização de Ativo Não Financeiro mantidos para Venda	711	2.217
Outras Rendas não Operacionais	407	182
(-) Prejuízos em Transações com Ativo Não Financeiro mantidos para Venda	(572)	(1.141)
(-) Perdas de Capital	(150)	(38)
(-) Provisões de Desvalorização de Ativo Não Financeiro mantidos para Venda	(260)	(1.499)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(65)	(11)
Resultado Líquido	112	14

38. Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no primeiro semestre de 2022.

39. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme a Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2022:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.206	0,09%	6
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	433	0,03%	-
TOTAL	1.639	0,12%	6
Montante das Operações Passivas	1.092	0,14%	

b) Operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 30/06/2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	3	-	0,02%
Financiamentos Rurais	1.926	7	1,30%
Empréstimos	2.219	5	0,17%
Financiamentos	34	-	0,01%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.447	0,21%	-
Depósitos a Prazo	8.224	0,81%	95% a 104% CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	998	1,75%	95% a 98% CDI
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	994	0,50%	90% a 100% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	1,50% a.m a 6,97% a.m	1,50% a.m a 6,97% a.m
Conta Garantida	1,50% a.m a 5,97% a.m	1,50% a.m a 5,97% a.m
Desconto de Cheques	1,38% a.m. à 4,71% a.m	1,38% a.m. a 4,71% a.m
Empréstimos	0,99% a 4,83% a.m. 0,30% + CDI a 3,00% + CDI	0,99% a 4,83% a.m. 0,30% + CDI a 3,00% + CDI
Crédito Rural - RPL	15,60% a.a a 24,90% a.a 3,0%a.a.+CDI a 12,0%a.a.+CDI	15,60% a.a a 24,90% a.a 3,0%a.a.+CDI a 12,0%a.a.+CDI
Crédito Rural - Repasses	5,00% a.a à 12% a.a.	5,00% a.a a 12,00% a.a.
Aplicações financeiras – RDC Longo CDI	95% a 104% CDI	95% a 104% CDI
Aplicações financeiras – LCA	95% a 98% CDI	95% a 98% CDI
Aplicações Financeiras – LCI	90% a 100% CDI	90% a 100% CDI

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	585
Crédito Rural	4.506
Direitos Creditórios Descontados	3.355
Empréstimos	21.600
Financiamentos	5.741

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	30/06/2022	31/12/2021
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	676	509

f) No primeiro semestre de 2022 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	30/06/2022
Honorários e Cédula de Presença	1.019
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Previdência Privada	53

40. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CREDITO SUL-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO - SICOOB SUL-SERRANO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à **COOPERATIVA DE CREDITO CENTRAL DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

A **SICOOB CENTRAL ES**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem à **SICOOB CENTRAL ES** a coordenação das atividades de suas filiadas, a fusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A **SICOOB SUL-SERRANO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pela **SICOOB CENTRAL ES** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL ES**:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Ativo	799.126	749.003
Centralização Financeira - Cooperativas	737.784	703.709
Outros Ativos Financeiros	8.171	5.244
Outros Valores e Bens	193	393
Investimentos	52.978	39.657
Passivo	30.709	20.913
Relações Interfinanceiras	13.401	3.538
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	16.901	16.901
Outros Passivos	407	474

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Receita	40.268	10.510
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	10	5
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	38.298	8.909
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	1.960	1.596
Despesa	5.990	4.482
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.163)	(405)
Outras Dispêndios e Despesas Administrativas	(1.821)	(1.585)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(3.006)	(2.492)

41. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

41.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

41.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

41.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da Cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

41.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

41.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para o gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na *Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

41.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das Cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na *Política Institucional de Gerenciamento de Capital* do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

41.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, incluindo pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

42. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

43. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955, de 21/10/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Patrimônio de Referência	526.133	441.420
Margem de Compatibilização	299.751	283.901
Índice da Basileia	27,89%	29,42%
Margem de Imobilização	239.075	203.659

44. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ e pela MAPFRE Previdência.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de **1% a 8%** do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando **50%** do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

Os valores gastos referentes a benefícios de Previdência Privada efetuados pela Cooperativa totalizaram em 30/06/2022 R\$ 190 mil (30/06/2021 – R\$ 176 mil).

45. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	3.160	3.160	3.103	3.104
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	45	39	32	32
Outros	89	-	50	21
TOTAL	3.294	3.199	3.185	3.157

(a) PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB SUL-SERRANO**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 16 mil.

Venda Nova do Imigrante-ES, 14 de julho de 2022.

Tania Aparecida Uliana Torres
Diretora Executiva
CPF: 752.444.207-63

Mayara Bittencourt Caus
Diretora Operacional
C.P.F: 058.062.057-38

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES
CPF: 099.673.817-79

